REVISTA DA FUNDARTE
Ano 14 – Número 27 – Janeiro/Junho 2014

A inserção da música em escolas públicas dos municípios do Vale do Caí, RS

Cristina Rolim Wolffenbüttel
cristina-wolffenbuttel@uergs.edu.br
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS
Daniele Isabel Ertel
dani.ertel@hotmail.com
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Resumo: O artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre a presença da música em escolas públicas municipais do Vale do Caí, RS. Foram mapeadas as práticas, a inserção do ensino de música nos 19 municípios do Vale do Caí e os profissionais que atuam com educação musical em seus tempos e espaços. Considerando-se a Lei nº 11.769, de 2008 e as Diretrizes Nacionais para a Operacionalização do Ensino de Música na Educação Básica, de 2013, entende-se que os resultados deste estudo possam contribuir para a elaboração de políticas públicas e, consequentemente, para a implementação da música nas escolas públicas municipais do Vale do Caí, RS.

Palavras-chave: Educação musical; música nas escolas públicas municipais do Vale do Caí/RS; Lei nº 11.769/2008

Abstract: The article presents the results of research on the presence of music in public schools in the Vale do Caí, RS. Practices and insertions of music education was mapped in the 19 municipalities of the Vale do Caí and professionals who work with music education in their times and spaces. Considering Law No. 11.769, 2008, and the National Guidelines for the operationalization of Music Education in Primary Education, 2013, it is understood that the results of this study will contribute to the development of public policies and consequently to implementation of music in the public schools of the Vale do Caí, RS.

Keywords: Music education; music in the Vale do Caí/RS's public schools; Law No. 11.769/2008

Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692, de 1971 (LDB 5.692/71) instituiu o ensino da educação artística nas escolas em todo o país, incluindo o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Todavia, a partir do estabelecimento da LDB 5.692/71, houve um esvaziamento dos conteúdos específicos das linguagens artísticas, principalmente dos conteúdos musicais, em prol de uma educação dita polivalente, tanto para os professores em formação inicial, quanto para os alunos da educação básica (HENTSCHKE; OLIVEIRA, 2000).

Entretanto, posteriormente, o texto da LDB nº 9.394/96 estabeleceu o ensino das artes como componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica persistindo, em muitas situações, a indefinição e a ambiguidade e permitindo

múltiplas possibilidades. Os estudos e as pesquisas, desde então, têm buscado um entendimento maior a respeito das políticas públicas para o ensino de música nas escolas (PENNA, 2004a, 2004b) e sobre o ensino de música na escola (FUKS, 1991; SOUZA *et al.*, 2002; DINIZ, 2005; SANTOS, 2005; DEL BEN, 2005).

Apesar das tentativas para garantir a presença do ensino de música na Educação Básica, as políticas mais recentes não têm conseguido legitimar esse esforço. Penna (2002), em pesquisa desenvolvida entre os anos de 1999 e 2002, na Grande João Pessoa/PB, afirma que "a música não está conseguindo ocupar com eficiência o espaço que poderia ter na educação básica, atuando para ampliar o alcance e a qualidade da vivência musical dos alunos" (PENNA, 2002, p.7).

Em pesquisas empreendidas por Penna foi apontado, ainda, um reduzido número de professores com habilitação em música atuando nas escolas de Educação Básica (PENNA, 2002, p.7). Para a pesquisadora parece haver uma "preferência pela prática pedagógica e pelo exercício profissional em diversos tipos de escolas de música, em detrimento da atuação nas escolas regulares de Educação Básica" (PENNA, 2002, p.17). A pesquisadora também constatou que o índice de professores com formação específica na área da música é reduzido, sendo que a maioria dos professores possui a habilitação em Artes Plásticas.

Apesar do panorama apresentado nas investigações quanto à parca presença dos professores de música na Educação Básica, estudiosos também têm apontado que o ensino musical não saiu das escolas, mas que o mesmo vem se apresentando de diferentes formas, nem sempre traduzido como ensino curricular (FUKS, 1991; SOUZA *et al.*, 2002; DINIZ, 2005; SANTOS, 2005; DEL BEN, 2005). Investigações acerca da atuação dos professores de música na Educação Básica apresentam dados sobre um crescimento neste sentido nos espaços extracurriculares. A preferência pelas atividades musicais extracurriculares também tem sido apontada nas pesquisas, sendo externada tanto pelos professores de música (SANTOS, 2005), quanto pelos diretores das escolas de educação básica (DEL BEN, 2005).

Em pesquisa desenvolvida na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS (RME-POA/RS), Wolffenbüttel (2004) observou particularidades em relação à atuação dos professores de música. De acordo com a autora, esta atuação se dá com maior

intensidade no ensino extracurricular,

> fora da sala de aula através da oficina de instrumento musical, onde são ministradas aulas de flauta doce, e da oficina de prática de conjunto vocal, caracterizada como canto coral. Há que se considerar que essas oficinas não atendem à totalidade dos alunos da escola, ficando a maioria deles sem o contato com o ensino musical. Isso se deve ao fato de existir somente um professor de música nessa escola, não existindo carga horária suficiente para que seja possível atender à totalidade dos ciclos. (WOLFFENBÜTTEL, 2004, p. 52-53).

Nessa perspectiva de ampliação dos espaços e tempos escolares e, partindo das possibilidades oferecidas pela LDB 9.394/96 e pelo ensino extracurricular, também é importante considerar que os espaços e tempos no ensino de música na escola podem ser analisados sob a ótica das diferentes configurações da educação musical, bem como dos inúmeros espaços onde pode ocorrer a apropriação e a transmissão musical (KRAEMER, 2000; SOUZA, 2001).

A partir do que foi exposto e, considerando a importância de conhecer mais como os sistemas de ensino têm organizado a inserção da música nas escolas que coordena, a pesquisa aqui apresentada buscou realizar um mapeamento nas secretarias municipais de educação do Vale do Caí, RS. Para esta realização, partiu dos seguintes questionamentos: As escolas públicas municipais do Vale do Caí, RS ofertam atividades musicais em seus tempos e espaços? Quais os tempos e espaços em que as atividades musicais se apresentam? Como ocorre a inserção da música nestas escolas? Quem são os profissionais que desenvolvem atividades musicais nas escolas? Os municípios do Vale do Caí, RS têm realizado concursos públicos para o provimento de vagas para professores de música? Desse modo, esta pesquisa objetivou investigar a inserção da música nas escolas públicas municipais do Vale do Caí, RS.

Os questionamentos apresentados anteriormente, somados à atual legislação sobre ensino de música na Educação Básica, necessitavam ser investigados para o entendimento acerca os resultados originados desta investigação à luz da Lei nº 11.769/2008 e das Diretrizes Nacionais para a Operacionalização do Ensino de Música na Educação Básica, de 4 de dezembro de 2013. Considerando-se todos estes aspectos entende-se que os resultados deste estudo poderão contribuir para a

elaboração de políticas públicas e, consequentemente, para a efetiva inserção da música nas escolas públicas municipais do Vale do Caí, RS.

Caminhos Metodológicos

O desenho metodológico utilizado nesta investigação consistiu no *survey* interseccional de grande porte, sendo a técnica para a coleta de dados a aplicação de questionários autoadministrados.

O método *survey* caracteriza-se por reunir dados de um ponto particular no tempo, descrevendo a natureza das condições existentes, ou mesmo identificando padrões com os quais as condições existentes possam ser comparadas, além de determinar a relação entre eventos específicos (COHEN, MANION, 1994, p.83).

A razão para a escolha do *survey* relacionou-se ao objetivo ao qual esta pesquisa se propôs, na medida em que objetivou investigar a inserção da música nas escolas públicas municipais de Educação Básica do Vale do Caí, RS, com vistas a um mapeamento das configurações da área em tais espaços. Tornou-se adequada a utilização desse método, pois os *surveys* "são frequentemente realizados para permitir enunciados descritivos sobre alguma população, isto é, descobrir a distribuição de certos traços e atributos" (BABBIE, 1999, p.96).

O *survey* do tipo interseccional foi particularmente escolhido, pois a pesquisa foi baseada em informações obtidas em um só ponto temporal, não se constituindo uma coleta longitudinal. Nesse sentido, em um *survey* interseccional, os

> dados são colhidos num certo momento, de uma amostra selecionada para descrever alguma população maior na mesma ocasião. Tal *survey* pode ser usado não só para descrever, mas também para determinar relações entre variáveis e época de estudo. (BABBIE, 1999, p.101).

Corroborando a justificativa para a utilização do *survey* tem-se que o método é indicado para examinar temas sociais, possuindo uma funcionalidade pedagógica, à medida que todas as deficiências apresentam-se mais claramente no *survey*, comparativamente a outros métodos de pesquisa social, o que permite realizar avaliações mais conscientes de suas aplicações (BABBIE, 1999, p.82).

Para a composição da amostragem estratificada desta pesquisa participaram 8 Secretarias Municipais de Educação, dentre as 19 existentes no Vale do Caí, RS,

atingindo 42,10% da população. Os dados da pesquisa foram fornecidos pelas secretarias municipais de educação e por professores de música e profissionais que desenvolvem atividades musicais nas escolas públicas municipais da localidade.

Em se tratando do retorno dos dados é pertinente comentar a problemática existente em muitas das situações em que se necessita contar com a disponibilidade de órgãos públicos para o envio dos instrumentos de coleta dos dados. Em não raras situações sentem-se dificuldades quanto ao retorno destes instrumentos por parte do sistema público. Nesta pesquisa não foi diferente. No entanto, mesmo com este retorno, considera-se relevante analisar e concluir a partir dos dados coletados.

A técnica utilizada para coletar os dados foi a aplicação de questionários autoadministrados. O questionário, segundo Laville e Dione (1999), é uma técnica de pesquisa que consiste

> em preparar uma série de perguntas sobre o tema visado, perguntas escolhidas em função da hipótese. Para cada uma dessas perguntas, oferece-se aos interrogados uma opção de respostas, definida a partir de indicadores, pedindo-lhes que assinalem a que corresponde melhor à sua opinião. (LAVILLE; DIONE, 1999, p.183).

Segundo Laville e Dione (1999), dentre as vantagens da utilização do questionário,

> pode-se lembrar que se mostra econômico no uso e permite alcançar rápida e simultaneamente um grande número de pessoas, uma vez que elas respondem sem que seja necessário enviar-lhes um entrevistador. A uniformização assegura, de outro lado, que cada pessoa veja as questões formuladas da mesma maneira, na mesma ordem e acompanhadas da mesma opção de respostas, o que facilita a compilação e a comparação das respostas escolhidas e permite recorrer ao aparelho estatístico quando chega o momento da análise. (LAVILLE; DIONE, 1999, p.183-184).

A razão para a escolha do questionário autoadministrado residiu no fato de o mesmo possibilitar o acesso a diversos dados com uma parcela maior da população em estudo, no caso desta investigação, secretarias municipais de educação existentes nos municípios do Vale do Caí, RS. O questionário permitiu entrar em contato com as secretarias em um prazo menor de tempo, podendo colher informações diversas sobre a inserção da música em suas redes de ensino.

O questionário autoadministrado aplicado junto às secretarias municipais de educação foi elaborado tendo como base o objetivo geral desta pesquisa. Como

materiais subsidiários foram utilizados questionários elaborados por outros pesquisadores cuja temática é semelhante (ARAÚJO, 2001; DINIZ, 2005; DEL BEN, 2005; HIRSCH, 2006; WOLFFENBÜTTEL, 2009).

Durante a realização desta investigação foram contatadas, por e-mail e por telefone, todas as secretarias municipais de educação dos municípios do Vale do Caí, RS, sendo realizado o envio dos questionários autoadministrados e de uma carta de apresentação da pesquisa, via correio eletrônico.

Cada município recebeu, portanto, dois questionários autoadministrados, os quais foram destinados aos professores que atuam com música nos municípios e aos responsáveis pelas secretarias municipais de educação. O período de reenvio dos questionários por parte das secretarias municipais de educação durou cerca de três meses. Dentre os municípios respondentes encontram-se as secretarias municipais de educação de Alto Feliz, Bom Princípio, Brochier, Feliz, Linha Nova, Montenegro, Salvador do Sul, e São Pedro da Serra.

Após os procedimentos para a coleta dos dados e, de posse dos questionários autoadministrados respondidos pelas secretarias municipais de educação, foi realizada a análise. Inicialmente realizou-se uma checagem dos questionários, identificando possíveis inconsistências nas respostas, ou mesmo inexistência e/ou incompletude de respostas. Após esta etapa, fez-se a redução dos dados, com vistas à atribuição de códigos para cada uma das questões. Finalizados estes procedimentos, efetuou-se uma análise geral dos dados, a fim de compreendê-los como um conjunto, buscando responder às questões de pesquisa. Tendo em vista o que foi originado desta investigação os questionamentos foram respondidos em diálogo com a educação musical (SOUZA *et al*., 2002; SOUZA, 2001; HENTSCHKE; OLIVEIRA, 2000; KRAEMER, 2000), bem como com a legislação vigente, com vistas à compreensão de como a música se insere nas escolas públicas municipais do Vale do Caí, RS.

Resultados e análise dos dados

Os resultados da pesquisa foram alcançados a partir da parceria entre a equipe desta investigação e as secretarias municipais de educação do Vale do Caí, RS, respondentes aos questionários, conforme dito anteriormente.

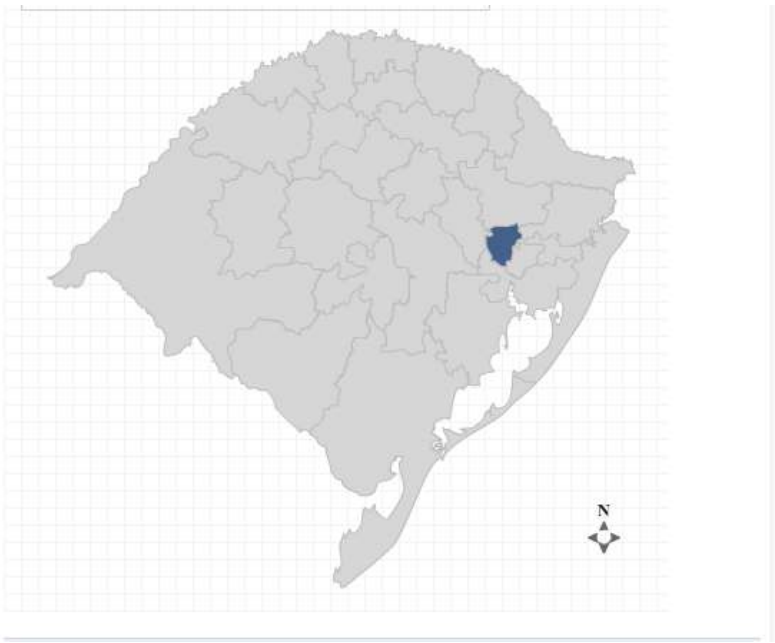
O COREDE do Vale do Caí, RS integra uma das 28 regiões que compõem os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) do Rio Grande do Sul. Os COREDEs buscam promover o desenvolvimento econômico e social regional, com mais recursos para a saúde, educação, entre outras prioridades. Foram criados em 17 de outubro de 1994, através da Lei Estadual nº 10.283, sendo responsáveis pela definição de toda a política de regionalização do estado do Rio Grande do Sul (BERTAZZO, 2011).

A Região do Vale do Caí, RS, também denominada de Vale da Felicidade, situa-se na porção nordeste do estado, ocupando a encosta inferior e escarpas da Serra Geral, no Planalto Meridional. Tem um perfil econômico acentuadamente agropecuário, considerando-se as ocupações da população economicamente ativa. Possui, também, muitas indústrias, várias das quais integram complexos agroindustriais e de produtos de bens de capital e de insumos básicos. A região é formada por 19 municípios, dentre os quais se encontram Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real (BERTAZZO, 2011).

De acordo com o último censo do IBGE realizado em 2013[1], cerca de 179.082 habitantes vivem no Vale do Caí, RS. No mapa do Rio Grande do Sul/COREDE Vale do Caí, RS é apresentada a divisão do estado nos 28 COREDES, salientando-se o COREDE Vale do Caí, RS.

[1] http://www.ibge.gov.br.

Mapa do Rio Grande do Sul/COREDE Vale do Caí, RS



Fonte: Portal do Vale do Caí/RS[2].

Na busca pelo entendimento sobre a inserção da música nas escolas públicas municipais do Vale do Caí, RS foram encontrados os seguintes dados. Das 8 secretarias municipais respondentes, 62,5% oferecem atividades musicais em seus tempos e espaços, enquanto que 12,5% revelaram não oferecer este tipo de atividade e 25% apontaram que têm disponibilizado atividades musicais em algumas escolas mas em outras não.

Além disso, 25% dos respondentes declararam não ter professores trabalhando especificamente com música nas escolas municipais e 12,5% têm alguns profissionais atuando com esta especificidade e outros não. Entretanto, 62,5% apontaram possuir profissionais lecionando música, sendo que 37,5% destes têm formação em música e os outros 37,5% não têm formação específica para atuar com educação musical. Os demais 25% afirmaram ter tanto professores com formação em música desenvolvendo

[2] http://www.valedocai.com.br.

atividades musicais na escola, quanto professores sem conhecimento específico na área.

Outra questão relevante para esta pesquisa relacionou-se às séries/anos em que são desenvolvidas as atividades musicais. As respostas dos questionários revelaram haver aulas de música desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental. Dos 8 municípios que responderam a esta questão, 7 indicaram possuir atividades musicais na Educação Infantil (87,5%) e apenas uma secretaria (12,5%) respondeu não possuir atividades musicais. Estas informações encontram-se apresentadas no gráfico das aulas de música nos municípios do Vale do Caí, RS, a seguir.

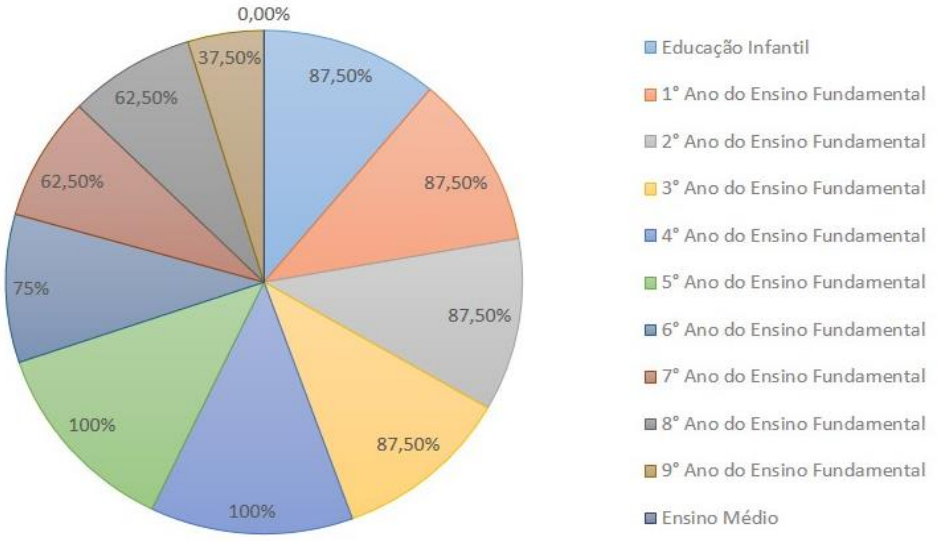


Gráfico das Aulas de Música nos Municípios do Vale do Caí, RS

No Ensino Fundamental, como é possível observar no gráfico, há diferenças do 1° ao 9° ano, sendo que em alguns anos/séries existe um predomínio das aulas de música em comparação a outras atividades. Pode-se perceber, também, que nem todos os municípios respondentes desenvolvem atividades musicais em todos os anos/séries. Assim, alguns oferecem atividades musicais em algumas turmas e outras não, focando seu ensino para um determinado público, muitas vezes dependendo do professor para poder trabalhar esta área do conhecimento.

Percebe-se, também, que há um número maior de aulas sendo ministrados nos anos/séries iniciais que nos finais. Dos 8 municípios que responderam a esta questão, 7 oportunizam aulas de música nos 1° anos (87,5%), 7 ofertam música nos 2° anos (87,5%), bem como 7 oferecem aulas de música nos 3° anos (87,5%). Todas as 8 secretarias investigadas afirmaram disponibilizar aulas de música para seus alunos nos 4° anos e 5° anos, o que totalizou 100% dos respondentes.

Observa-se que estes números são favoráveis para o ensino musical, pois todos os municípios respondentes afirmaram oportunizar, de algum modo, aulas de música, mesmo sem a presença de profissionais com formação específica para esta oferta. Além disso, apenas 3 municípios apontaram disponibilizar estas aulas duas vezes por mês, sendo possibilitada nos demais 5 municípios uma vez por semana.

Nos anos/séries finais do Ensino Fundamental a música não se faz tão presente em relação às demais. No 6° ano seu aparecimento se deu em, apenas, 6 municípios, perfazendo 75% dos respondentes. No 7° ano apareceu em 5 municípios (62,5%), igualmente em 5 municípios no 8° ano (62,5%) e apenas 3 secretarias afirmaram possuir aulas de música no 9° ano (37,5%). Estes dados foram sintetizados no Gráfico das Aulas de Música nos Municípios do Vale do Caí, RS, apresentado anteriormente.

Em se tratando do Ensino Médio os dados revelaram a inexistência do oferecimento do ensino de música ou mesmo de atividades musicais. Deve-se analisar que a oferta do Ensino Médio é uma das prerrogativas do sistema público estadual de ensino sendo esta, portanto, uma justificativa para a inexistência. Observou-se, portanto, um predomínio de ofertas por conta do Ensino Fundamental.

Ao serem questionadas quanto à contratação de profissionais com habilitação específica para o desenvolvimento de atividades musicais em suas escolas, as secretarias municipais de educação afirmaram não haver previsão de contratação de professores com esta habilitação por parte de seus municípios. Apenas um município respondeu ter alguns professores concursados trabalhando com música, enquanto os demais 87,5% dos respondentes não possuem profissionais concursados atuando na área. Em se tratando da contratação de professores, uma das secretarias disse que no final do ano de 2012 foi aberto um concurso para professor de música, porém, houve poucos interessados e, por fim, o profissional aprovado não assumiu o cargo.

As secretarias municipais de educação têm diferentes formas de contratação, sendo feitas análises de currículo ou propostas por projeto. A contratação dos oficineiros pode ser feita, também, através de cargos de confiança, processos de licitação para pessoa jurídica, além da destinação de professores de artes ou outras áreas do conhecimento para o ensino de música nas escolas ou demais espaços oferecidos pelos municípios.

Desse modo observa-se, ainda, a dificuldade quanto à realização de concursos públicos que permitam a inserção de professores de música nas escolas. Este panorama também é encontrado na maioria dos municípios e estados brasileiros. Apesar da existência da Lei nº 11.769/2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica, ainda luta-se com dificuldades para a inserção da música nas escolas públicas municipais e estaduais brasileiras. A Região do Vale do Caí, RS sofre dos mesmos problemas.

Deve-se destacar, portanto, que todos os municípios respondentes afirmaram oportunizar algum tipo de atividade musical para os alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Nestes municípios observou-se que há a presença de professores de diferentes áreas do conhecimento trabalhando música nos distintos anos/séries.

Quanto às aulas de música ministradas pelos professores que atuam com educação musical nos municípios do Vale do Caí, RS, 4 secretarias municipais de educação apontaram desenvolver aulas de música dentro da área de Educação Artística (50%); 2 municípios disseram oferecer aulas de música como área específica – separada da área de Educação Artística – (25%); 4 afirmaram haver atividades com música integradas a outras áreas (50%); 3 apontaram disponibilizar atividades esporádicas de ensino da música, como a preparação de festividades (37,5%); 4 trabalham com atividades como coral, bandas, aulas de instrumentos musicais, etc. (50%); uma secretaria atua com promoções esporádicas de festivais de música ou amostras de arte incluindo a música (12,5%).

Em se tratando do ensino extracurricular apresentam-se práticas que têm crescido em diversas escolas do Brasil, destacando-se programas ofertados às escolas através do Ministério da Educação, notadamente o Programa Mais Educação.

No Programa Mais Educação a música aparece na área artística, sendo prevista a contratação de oficineiros que trabalham com música. Também encontra-se prevista a aquisição de instrumentos musicais para as escolas públicas que aderirem ao programa, bem como subsídios para alimentação dos estudantes participantes, além da manutenção da escola. Deste modo, muitas das escolas públicas brasileiras têm aderido ao Programa Mais Educação, pois passam a ter música na escola e conseguem implementar a Lei 11.769/08, o que enriquece o trabalho da escola e do município.

Para a adesão ao Programa Mais Educação as escolas públicas municipais contam com a coordenação das secretarias municipais de educação, que propõe a adesão, recebem o auxílio financeiro do programa e administram este valor. No Vale do Caí/RS, segundo as respostas das secretarias, apenas 2 municípios aderiram ao programa (25%), sendo que 2 municípios não aderiram (25%) e 3 municípios disseram ter aderido ao Programa Mais Educação, mas ainda não receberam o auxílio financeiro para implementar o programa nas escolas municipais (37,5%). Uma secretaria (12,5%) municipal de educação não respondeu à questão.

Ao analisar os questionários autoadministrados respondidos pelos professores que atuam com educação musical nos municípios do Vale do Caí, RS, podem ser encontrados professores trabalhando nas atividades extracurriculares, porém são poucos. Em sua maioria, são professores contratados pelas secretarias municipais de educação, e que lecionam em diferentes tempos e espaços das escolas.

Fazendo uma análise dos professores quanto ao gênero, tem-se que, dos 8 profissionais respondentes, 7 (87,5%) declararam-se do sexo masculino e uma (12,5%) do sexo feminino. Há um predomínio do sexo masculino trabalhando com as atividades musicais nas escolas. Além disso, ao serem inquiridos sobre sua formação musical, os homens afirmaram possuir formação musical, incluindo a licenciatura em música. Esta predominância do sexo masculino na atuação em música nas escolas tem sido observada há alguns anos. Nos cursos de licenciatura em música, inclusive, o número de ingressos de estudantes do sexo masculino tem sofrido um incremento. Talvez, neste sentido, observe-se a predominância masculina destes profissionais nas escolas públicas municipais do Vale do Caí, RS.

Quanto à idade dos professores respondentes, os mesmos encontram-se na faixa etária dos 20 aos 43 anos de idade. Estes profissionais encontram-se atuando em 9 municípios diferentes, quais sejam: Alto Feliz, Barão, Brochier, Linha Nova, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Pedro da Serra, São Vendelino e Tupandi.

Quanto à formação dos respondentes, as mesmas vinculam-se às mais diversas áreas do conhecimento, sendo que 12,5% dos professores possuem licenciatura em Artes Visuais e 12,5% são graduados em Pedagogia. Há, também, 37,5% dos professores com graduação iniciada em Música: Licenciatura, sendo que 12,5% têm formação iniciada sem informar qual a área do conhecimento e 12,5% iniciou uma Formação Superior em Engenharia Civil. Os demais 12,5% afirmaram possuir o Ensino Médio.

Entretanto, mesmo que apenas 37,5% destes profissionais afirmaram ter iniciado licenciatura em música, 62,5% declararam possuir formação específica em música, estando 37,5% sem formação musical para trabalhar com música em sala de aula.

Conjuntamente a estas formações, os professores afirmaram ter conhecimento musical e todos os professores informaram saber executar instrumentos musicais (100%), sendo que a maioria sabe executar mais de quatro instrumentos, e participam de encontros ou cursos de formação em Educação Musical. Dos professores que trabalham com Artes, neste caso, apenas uma professora com formação específica na área (12,5%), atua com Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, lembrando que os demais professores trabalham, apenas, com a Música (87,5%).

Outro questionamento presente no questionário referia-se às atividades musicais desenvolvidas nas escolas. Dentre os respondentes destacaram-se aulas e ensaios de conjuntos instrumentais como atividade extracurricular, aulas de instrumentos musicais como atividade extracurricular, e a organização de apresentações musicais.

Quanto à atuação nos diferentes níveis de ensino, em geral as respostas revelaram um predomínio no Ensino Fundamental, sendo apontado como atuação em 87,5% dos respondentes. Os demais 37,5% afirmaram atuar na Educação Infantil. Corroborando a análise dos dados tem-se que 87,5% dos profissionais que

responderam à pesquisa desenvolvem atividades de forma permanente nos espaços curriculares e extracurriculares, com aulas ao menos uma vez por semana.

Quanto às práticas dos professores de música percebe-se um número consideravelmente maior de não respondentes; no entanto, as práticas de canto e o folclore musical têm sido as atividades mais desenvolvidas nos municípios do Vale do Caí, RS, além de atividades que primam pela movimentação corporal com a utilização de músicas; as audições musicais, do mesmo modo, se fazem sempre presentes. Pode-se considerar, então, que os professores procuram, dentro do seu conhecimento musical, trabalhar com diversas atividades, ampliando o saber musical dos discentes. Nestas práticas, 87,5% dos professores afirmaram lecionar música popular e, igualmente, 87,5% trabalham com música folclórica; além disso, 75% dos profissionais atuam com música destinada ao público infantil, 25% com música erudita e 50% com música instrumental. Em muitas das atividades, inclusive, os respondentes afirmaram fazer uso de um instrumento musical.

Conclusões

Ao finalizar esta pesquisa, que objetivou investigar a inserção da música nas escolas públicas municipais do Vale do Caí, RS, alguns dados se salientaram com vistas ao entendimento de como a música se apresenta em tais espaços, o que pode apontar para perspectivas de análise da inserção da música em escolas de outras redes de ensino. Tendo em vista o que foi originado desta investigação responder-se-á aos questionamentos que permearam este trabalho, qual sejam: As escolas públicas municipais do Vale do Caí, RS ofertam atividades musicais em seus tempos e espaços? Quais os tempos e espaços em que as atividades musicais se apresentam? Como ocorre a inserção da música nestas escolas? Quem são os profissionais que desenvolvem atividades musicais nas escolas? Os municípios do Vale do Caí, RS têm realizado concursos públicos para o provimento de vagas para professores de música? Passa-se, portanto, às respostas.

Quanto à oferta de atividades musicais nos municípios do Vale do Caí, RS observou-se que, de um modo geral, as secretarias municipais de educação respondentes têm realizado ações/atividades/movimentos de inserção da música nas

escolas de suas redes de ensino. Estas ações têm se apresentado através de aulas de música em praticamente 100% das séries iniciais do Ensino Fundamental, além de 87,5% da Educação Infantil. Adicionalmente, a música tem se apresentado em 62,5% nas séries finais do Ensino Fundamental séries finais. Assim, de algum modo, entende-se que a música esteja inserida nas escolas públicas municipais do Vale do Caí, RS.

Os tempos e espaços em que são ofertadas as atividades musicais nas escolas públicas municipais do Vale do Caí, RS incluem as atividades curriculares e extracurriculares. Podem ser observadas atividades musicais desenvolvidas no currículo, como ocorre na disciplina de Artes, o que está em sintonia com o que tem ocorrido no restante do país. Também observou-se que muitas das atividades existentes nas escolas são oportunizadas através de projetos e programas, tendo se destacado o Programa Mais Educação, do governo federal.

Os profissionais que têm desenvolvido atividades musicais nas escolas públicas municipais do Vale do Caí, RS são, em sua maioria, do sexo masculino. Na sua maioria são profissionais sem a licenciatura em música ou, ao menos, sem terem completado a graduação na área. Dos respondentes, 37,5% possuem a formação específica finalizada.

Outra preocupação existente na área da educação musical diz respeito à realização de concursos públicos, tanto por parte das secretarias municipais, quanto estaduais de educação. Neste sentido, este também foi um questionamento presente ao longo da pesquisa. À semelhança o que ocorre no Brasil, a maioria dos municípios do Vale do Caí, RS não promoveu concursos públicos para o provimento de vagas de professores de música. Tampouco, observou-se algum movimento por parte da maioria dos municípios neste sentido. De acordo com os dados coletados, 87,5% dos municípios não dispõem de concursos para a contratação de professores com habilitação específica em música, sendo que os demais 12,5% apontam ter alguns professores concursados; outros municípios, não. Em geral, os municípios têm entre 2 e 4 professores atuando com educação musical, mas nem todos são concursados ou têm concurso para atuar em outra área do conhecimento, sendo, posteriormente ao concurso, destinados à trabalharem com o ensino de música. Deve-se salientar

que, para a realização destes concursos públicos deve-se, inicialmente, prever a vaga para este profissional. Isto deve ocorrer no âmbito legislativo, sendo necessário todo um trâmite burocrático junto às câmaras municipais. Assim, entende-se que exista uma trajetória para a presença de profissionais com esta habilitação nas escolas públicas municipais do Vale do Caí, RS.

Com base nos dados coletados e, a partir do que as pesquisas em educação musical têm apontado, entende-se que, ainda, há um caminho longo a ser trilhado para a efetiva inserção da música nos tempos e espaços das escolas públicas municipais do Vale do Caí, RS. Sabe-se da existência da autonomia para que os sistemas de ensino elaborem as propostas pedagógicas e as implementem em seus sistemas de ensino. Isto é assegurado por lei, notadamente a LDB 9.394/96. A legislação, há bastante tempo, já aponta neste sentido. Cabe que os municípios, sabedores destas possibilidades e, balizados pela legislação vigente – Lei nº 11.769/2008 e Diretrizes Nacionais para a Operacionalização do Ensino de Música na Educação Básica, de 2013 – criem e implementem seus projetos pedagógico-musicais.

Entende-se que estas propostas devam ser fundamentadas em preceitos que considerem a relevância da continuidade da inserção da música nas escolas. Deste modo, espera-se que as propostas de inserção da música nas escolas dos municípios do Vale do Caí, RS possam ser pensados na perspectiva de uma política de estado, e não de governo!

Por fim, tendo em vista que a LDB 9.394/96 concede autonomia às secretarias municipais de educação para elaborarem seus projetos pedagógicos e gerenciarem seus espaços e tempos escolares; a Lei 11.769, de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica; e os estudos sobre a presença da música nas escolas, entende-se ser primordial que o poder público analise com profundidade as informações aqui presentes, bem como outras que serão originadas em pesquisas posteriores, a fim de planejar ações de inserção da música em todas as escolas públicas municipais do Vale do Caí, RS.

Referências

ARAÚJO, R. C. *A situação do ensino da música nas séries iniciais das escolas municipais de Curitiba, no ano 2000.* Tuiuti, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Tuiuti do Paraná.

BABBIE, E. *Métodos de pesquisas de survey.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

BERTAZZO, Cláudio José. COREDE Vale Do Caí - RS: Características Socioeconômicas e Considerações Sobre a Produção Orgânica. Revista Eletrônica de Economia da Universidade Estadual de Goiás – UEG. *Revista de Economia*, Anápolis, v.7, n.1, p. 43-68, jan./jun. 2011. Disponível em http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia. Acesso em 13 de abril de 2014.

COHEN, L., MANION, L. *Research methods in education.* London: Routledge, 4ª ed., 1994.

DEL BEN, L. M. *Um estudo com escolas da rede estadual de ensino básico de Porto Alegre – RS*: subsídios para a elaboração de políticas de educação musical. Relatório de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Departamento de Música. Porto Alegre, agosto, 2005.

DINIZ, L. N. *Música na educação infantil*: um survey com professoras da rede municipal de ensino de Porto Alegre - RS. 2005. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Música, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FUKS, R. *O discurso do silêncio.* Rio de Janeiro: Enelivros, 1991.

HENTSCHKE, L. e OLIVEIRA, A. A educação musical no Brasil. In: HENTSCHKE, L. (Org.). *Educação musical em países de línguas neolatinas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 47-64.

HIRSCH, I. A presença da música na educação básica: um *survey* com escolas da região sul do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 15, 2006, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: ABEM, 2006, p.142-148.

http://www.ibge.gov.br/, acessado em 22 de dezembro de 2013.

http://www.valedocai.com.br/, acessado em 22 de dezembro de 2013.

KRAEMER, R. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. In: *Em Pauta*, Porto Alegre, V.11, n. 16/17, abr./nov., p.50-73, 2000.

LAVILLE, C., DIONNE, J. *A construção do saber*: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LDB 9.394/96 - *Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional* - promulgada em 20 de dezembro de 1996 - Lei 9394/96.

PENNA, M. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - I analisando a legislação e os termos normativos. In: *Revista da ABEM,* Porto Alegre, V. 10, mar. 2004a, p.19-28.

_____. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - II da legislação à prática escolar. In: *Revista da ABEM,* Porto Alegre, V. 11, set. 2004b, p.7-16.

_____. Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa. In: *Revista da ABEM,* Porto Alegre, V. 7, set. 2002, p.7-19.

SANTOS, R M. S. Música, a realidade nas escolas e políticas de formação. In: *Revista da ABEM,* Porto Alegre, V. 12, mar, 2005, p.49-56.

SOUZA, J. *et al.* A música na escola. In: *O que faz a música na escola?* Concepções e vivências de professores do ensino fundamental. Série Estudos. Porto Alegre, novembro de 2002.

SOUZA, J. Múltiplos espaços e novas demandas profissionais: reconfigurando o campo da educação musical. In: X ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 2001, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: 2001, p.85-92.

WOLFFENBÜTTEL, C. R. *A inserção da música no projeto político pedagógico*: o caso da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS. 2009. Tese (Doutorado em Música) - Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WOLFFENBÜTTEL, C. R. *Vivências e concepções de folclore e música folclórica*: um survey com estudantes de 9 a 11 anos do ensino fundamental. 2004. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Música, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. (Mestrado em Educação Musical) – Instituto de Artes/PPG-Música, UFRGS, 2004.